PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 143 Maio - Junho 1980 ANO XV

NESTE NÚMERO:

Importante Informe Político do Comitê Central

O Comitê Central do nosso Partido aprovou em sua última reunião plenária importante informe sobre a situação atual, as proposições políticas e nossas tarefas. Esse informe é uma continuação da orientação traçada na VII Conferência Nacional do Partido. Ele procura responder à evolução da situação política, encara as questões candentes e aponta os meios mais apropriados a fim de nos aproximarmos dos nossos objetivos estratégicos.

O desenvolvimento da situação política impõe novas condições que devem ser enfrentadas. Os generais já não podiam governar como antes e passaram a conduzir novo plano de dominação política. Este novo plano, a chamada "abertura", emperrou e vem se defrontando com crescentes dificuldades. A realidade do país lhes é adversa. O plano de reciclagem do regime e todo seu elenco de manobras manifestaram mais claramente sua continuidade do despotismo e do arbítrio disfarçados. No bojo dessa situação, uma contradição política tende a se aprofundar. Quanto mais os militares persistirem em manter o monopólio do poder e se aferrarem ao modelo econômico em bancarrota, maiores serão o descontentamento e a possibilidade do aparecimento de crises políticas e de governo. Por isso mesmo, a oposição popular e democrática se fortalece por todos os quadrantes do país. O movimento operário e popular assume maior nível de luta e vem adquirindo fisionomia própria. A situação do país se agrava profundamente. Diante disso, volta-se a colocar com ênfase na ordem do dia a substituição do regime militar. Quase todas as correntes da opinião pública buscam determinar com esta finalidade sua norma de conduta e apresentar suas soluções. Cabe mais ainda ao proletariado revolucionário, representado pelo seu Partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, apresentar sua resposta política que, por sua própria posição ideológica e social é a mais consequente.

Portanto, em face da situação política atual, o nosso Partido não podia ficar indiferente ou cair em formulações abstratas. O informe do Comitê Central surge numa hora oportuna. Procuremos desenvolver todos os esforços para a sua aplicação em todo o país.

Situação brasileira, tarefas e propostas políticas do P.C. do Brasil

O mundo vive uma situação impregnada de ameaças de guerra e de convulsões políticas e sociais. As contradições do sistema imperialista continuam se aprofundando. A crise que atinge todos os países ganha novas dimensões e o capitalismo não vislumbra uma saída sequer a médio prazo. Por toda parte, a classe operária e os povos oprimidos tomam posição decidida contra os seus inimigos.

No Brasil, também é instável a conjuntura política, econômica e social. Os militares insistem em manter a orientação antinacional e antipopular até aqui seguida, embora alterando a forma do regime anterior. Grandes lutas se desenvolvem no país tendo a classe operária como força principal.

Ao Partido Comunista do Brasil impõe-se o exame dessa realidade a fim de traçar sua linha de conduta, no quadro atual, marcado pelo ascenso do movimento operário e popular.

Acentuam-se as contradições inter-imperialistas

A ocupação militar do Afeganistão pela União Soviética, as ações provocadoras e belicistas dos Estados Unidos contra o Irã e a luta dos povos contra a expansão e a exploração dos imperialistas e social-imperialistas são os destaques mais importantes da presente situação mundial.

Desmascarando-se uma vez mais como social-imperialista, a União Soviética ocupou militarmente o Afeganistão, criando aí um governo títere e implantando pela força o seu domínio nessa área de significado estratégico. Suas tropas subjugam as massas populares e tentam esmagar a resistência patriótica do povo afegã, que luta pela independência nacional. A agressão soviética não encontra qualquer justificativa. É um ato tipicamente expansionista, próprio dos países que procuram o domínio mundial. Por sua vez, os Estados Unidos também se preparavam para penetrar nessa zona a fim de reforçar suas posições militares e realizar seus planos monopolistas. Criou-se assim um choque de interesses das superpotências que agravou seriamente o perigo de guerra e que ameaça de perto a independência dos povos.

Enquanto acusava a URSS de invadir um país soberano, os Estados Unidos, alegando intenção de libertar os reféns norte-americanos no Irã, cometeram igualmente um ato de guerra contra esta nação do Golfo Pérsico. A tentativa militar fracassou, mas os atos agressivos prosseguem, com a mobilização de tropas e da esquadra ianque nas águas próximas do Irã. O objetivo dos Estados Unidos, no caso, é o domínio não apenas do Irã, mas também dos países produtores de petróleo dessa área. Igualmente, a União Soviética, vizinha do Irã, esforça-se para intervir nos acontecimentos e tenta ampliar sua influência em toda a zona do Golfo. Também aqui há choque de interesses das duas superpotências, ainda que as agressões visem em particular a independência e a soberania dos países da região.

Estes fatos indicam que se agrava a contradição inter-imperialista e que os Estados Unidos e a União Soviética, em plena corrida armamentista, intensificam suas disputas pelo domínio do mundo e orientam-se cada vez mais para a guerra. Torna-se evidente a correta posição das forças marxistas-leninistas de que os povos, em sua luta libertadora, não podem apoiar-se numa superpotência para lutar contra a outra. As duas, os Estados Unidos e a União Soviética, são os principais inimigos dos povos.

Os povos lutam por sua emancipação nacional e social

O aprofundamento da crise em que se debate o sistema imperialista conduz ao agravamento da situação dos países atrasados, semicoloniais e dependentes. A espoliação imperialista e social-imperialista aumentou enormemente através, em particular, dos empréstimos e dos investimentos diretos. As dívidas desses países contraídas a juros leoninos com o capital financeiro internacional já ultrapassam 450 bilhões de dólares.

As nações devedoras, pobres e atrasadas, em sua maioria, deverão entregar aos banqueiros internacionais, só neste ano, perto de 7 bilhões de dólares a título de juros, além dos bilhões de dólares de amortizações. Os empréstimos externos vêm se transformando num poderoso instrumento do imperialismo para submeter povos e nações. Os lucros arrancados pelas multinacionais elevam-se de ano para ano. Tudo isso gera uma situação insuportável para os trabalhadores e as populações oprimidas.

Por isso, uma das características do panorama mundial é a luta vigorosa e revolucionária dos povos submetidos à espoliação estrangeira contra o imperialismo e as forças reacionárias a ele vinculadas. Em todos os Continentes, as massas se levantam para reclamar seus direitos. Lugar destacado nesta luta ocupam os países da América Latina, que, na atualidade, constituem vasta área de atuação revolucionária. Triunfou o movimento popular revolucionário na Nicarágua. Desenvolvem-se ações armadas de envergadura em El Salvador. Também na Guatemala, Honduras e Colômbia há choques armados. Poderosas greves e movimentos de massa têm lugar no Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia. Mesmo nos países onde impera o fascismo, como Argentina, Chile e Paraguai, aumenta a resistência operária e popular.

O descontentamento cresce em toda parte e a classe operária se levanta em greve contra a exploração capitalista. Em consequência, o movimento operário, popular e democrático ganha força. O mundo marcha para uma situação de choques políticos e conflitos sociais de grande amplitude, dentro da qual é possível o surgimento, em muitos lugares, de crises revolucionárias. A luta de classes se intensifica e o socialismo aparece, cada vez mais, como a verdadeira solução para os povos de todo o mundo.

As modificações no regime ditatorial brasileiro

No Brasil, depois de mais de quinze anos de governo despótico, os generais viram-se obrigados a ter de abandonar o velho e odiado sistema político, tentando, no entanto, substituí-lo por um regime autoritário, antidemocrático, sob o seu estrito controle.

As lutas democráticas, operárias e populares, em crescimento, que levaram a um sério isolamento dos generais no poder; a crise que se manifestou e se aprofunda no país; as dissenções entre as classes dominantes na disputa do governo central; e a mudança de tática do imperialismo, em particular do norte-americano, condenando na aparência as ditaduras — criaram, em seu conjunto, uma situação insustentável para a continuação do sistema militar-fascista.

Face a essa situação, que ameaçava o seu próprio poder, os generais adotaram um novo plano de dominação política, com a criação de um regime que denominaram de democracia relativa, regime que se distingue do anterior não propriamente quanto aos interesses que representa, mas quanto à forma política de domínio de classe.

Ao invés de um sistema despótico, do tipo militar-fascista, um sistema político que se apresentasse como constitucional, sem os poderes de exceção do Ato Institucional nº 5. Democrático somente na aparência, permitiria certas liberdades, a reorganização partidária, a suspensão da censura, as eleições diretas (salvo para a Presidência da República), etc. Apoiar-se-ia, para conter e disciplinar as massas, em partidos de feição social-democrata, revisionistas e reformistas e asseguraria certa margem para as disputas entre diferentes setores das classes dominantes. Ao mesmo tempo, conservaria a predominância do Executivo sobre os de

mais poderes e garantiria o monopólio do poder político em mãos da oligarquia que, desde 1964, tutela a nação. A Constituição fascista, outorgada por militares em 1969, com alguns remendos, seria a pretensa base jurídica do novo sistema.

Para subsistir diante de um sério avanço do movimento democrático e popular, tal regime estabelece uma série de salvaguardas de Estado que dariam ao governo, se necessário, poderes discricionários. Constituídas por um elenco de providências reacionárias e até fascistas, as salvaguardas instituem, além do Estado de Sítio, duas outras modalidades do Estado de Sítio, mais localizadas: o chamado estado de emergência e as medidas de emergência que se aplicam, sem anuência do Congresso, a uma ou mais áreas onde surjam conflitos sociais e políticos de nível mais elevado, a um setor operário e popular, a uma universidade, a uma zona camponesa, etc., ou a todo um Estado da Federação ou mesmo a toda uma região. Além disso, o Executivo, através do Judiciário, pode cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares que combatem e desmascaram o regime. As leis de Segurança, Antigreve, de Imprensa, assim como o julgamento de civis em tempos de paz pela Justiça Militar — são igualmente considerados instrumentos de "defesa" do Estado. Tais salvaguardas precedem qualquer tipo de "abertura política".

Dentro desse plano, deixariam de existir os dois partidos consentidos — a ARENA e o MDB — criando-se em seu lugar cinco ou seis partidos previamente configurados segundo as conveniências dos donos do poder.

Uma particularidade desse novo regime é a de ser ele pré-fabricado, forjado por um punhado de reacionários e fascistas, que têm como fulcro as Forças Armadas. Tudo é feito ou modificado a partir da cúpula dominante, não se admitem quaisquer iniciativas de outras fontes, ainda que provindas do partido oficial. Não é um regime, ainda que reacionário, estruturado conjuntamente por diferentes setores das classes dominantes, como em 1946, por exemplo. Vai sendo montado pelo Poder Executivo, com a colaboração dos reacionários e agentes do imperialismo.

Seus objetivos são claros: manter e garantir a atual estrutura do capitalismo no país, um capitalismo dependente, assim como da estrutura agrária baseada na penetração do capitalismo no campo com a conservação e extensão do latifúndio; criar um instrumento político mais maleável para regular a disputa dos distintos setores das classes dominantes; revestir o Estado de formas "constitucionais" visando conseguir maior credibilidade internacional; e conter o movimento revolucionário, desviá-lo do seu verdadeiro leito, utilizando as correntes oportunistas, sem renunciar à repressão.

Este o novo regime que os generais vêm pondo em prática, gradativamente. O processo é realizado com a permanência nos postos que ocupam ilegitimamente o Presidente da República, os governadores dos Estados, os senadores biônicos, os prefeitos de inúmeros municípios, etc., e controlado pelos setores das Forças Armadas ligados aos serviços de informação e de polícia. Todavia, os generais tratam de camuflar o conteúdo do seu plano. Fizeram grande alarde sobre a denominada "abertura" política que conduziria à democratização do país. A cada medida chamada de liberalizante, como a anistia, a suspensão da censura, etc., propagandeavam as benemerências do novo regime e exaltavam sua instalação.

A estratégia e a tática dos donos do poder

A estratégia e a tática do grupo dominante, a fim de conservar o monopólio do poder político e assegurar a aplicação do seu plano, sob a direção do general Figueiredo, podem ser assim resumidas:

a) dividir a oposição para dar mais elasticidade às manobras políticas do Planalto, facilitar acordos e compromissos com o governo e não permitir que se crie uma oposição verdadeiramente forte e unificada que ameace seus objetivos;

b) garantir pontos de apoio por um largo período nos partidos de feição social-democrata e utilizá-los como linha auxiliar do governo;

c) isolar as correntes de esquerda, em particular os comunistas, e também as forças combativas do movimento operário e popular bem como os setores democráticos mais ativos;

d) avançar gradualmente nas "reformas" do regime, consolidando pouco a pouco as posições do grupo dominante e tentando manter a fachada democrática;

e) criar as condições que permitam a "eleição", no fim do mandato de Figueiredo, de outro general ou de candidato escolhido pelos altos escalões militares;

f) ter em mãos os instrumentos de repressão (como a Lei de Segurança, as salvaguardas "constitucionais", etc.), mas acioná-los somente em caso de ameaça ao seu domínio e de forte ascenso do movimento popular e democrático.

Novo reagrupamento das forças políticas

Num primeiro momento, a realização do plano dos generais obteve certos êxitos. Figueiredo posava de populista e jurava, a cada momento, conduzir o país à democracia. A suspensão da censura, a anistia, a admissão de algumas greves, a volta dos exilados e sua atuação pública, a reformulação partidária pondo fim ao bipartidarismo, criaram ilusões em setores oposicionistas que chegaram a acreditar ter havido uma mudança qualitativamente nova na situação.

A reformulação partidária deu lugar a um novo reagrupamento das forças políticas. Estas já não se agrupam em apenas dois blocos como anteriormente: governo e oposição, com suas variantes. Alinham-se em vários partidos legais e outros não legais, alinhamento que não surge em condições de ampla liberdade no país, mas enquadrado na realidade artificial forjada pelos governantes. Dos cinco partidos até então criados, quatro saíram da área da oposição.

O Partido Democrático Social, partido do governo, agrupa as forças que, dentro da ARENA, apoiaram o regime de exceção e serviram-lhe de instrumento dócil. O PDS obedece ao comando do Planalto. A maior parte de sua bancada no Congresso provém dos Estados mais atrasados do país. Pretende ser um partido do centro, ainda que represente a direita.

O Partido Popular agrupa uma parcela da classe dominante que, antes, fazia oposição "moderada", colaborando em muitos aspectos com o regime. Seus quadros atuavam parte no MDB (ala conciliadora) e parte dentro da ARENA (ala Magalhães Pinto). É um partido cuja base principal está em Minas Gerais e reflete interesses do setor financeiro. Faz demagogia nacionalista ao mesmo tempo que se diz defensor de um regime democrático. Mas as forças que o dominam estão ligadas ao imperialismo, em particular ao norte-americano, e aos latifundiários de Minas.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) agrupa diferentes forças políticas que, anteriormente, se reuniam no MDB. Nele se encontram setores das classes dominantes que, de certo modo, almejam um regime saído de uma Constituinte. Aí também há os setores chamados liberais que pleiteiam inclusive a liquidação do regime militar. Sua força principal se encontra em São Paulo, Rio Grande do Sul e, em parte, no Rio de Janeiro. Nesse partido, que ainda mantém um certo caráter de frente-única, formou-se a Tendência Popular, que luta por uma solução democrática e expressa distintas tendências do movimento popular.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) reúne setores do antigo PTB, sob a liderança de Leonel Brizola, mas não é o mesmo partido de antes de 1964. Está ligado à social-democracia européia, em particular a alemã, e conta também com o beneplácito dos imperialistas ianques. É um agrupamento reformista, que reúne setores da burguesia e da classe média.

O Partido dos Trabalhadores (PT) surge dentro da área pro-

letária como agrupamento reformista com linguagem classista. Reflete, em certa medida, a aspiração dos trabalhadores de ter o seu próprio partido, distinto dos partidos da burguesia. No entanto, não é um partido proletário, sua ideologia não é proletária e seus objetivos não são fundamentalmente os da classe operária, isto é, a revolução proletária e o socialismo científico. Este partido, que atrai uma parcela da classe operária e também da classe média, conta com o apoio de vários sindicalistas, de um setor da Igreja, das correntes trotsquistas, do chamado grupão de "esquerda" e de democratas antes ligados ao MDB.

Por último, aparece também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da ex-deputada Ivete Vargas. Sua força é muito pequena. Propõe-se a servir abertamente de linha auxiliar do governo.

Tal reagrupamento de forças, que ainda não se pode considerar como definitivo, mostra-se pouco operante no plano político, em parte devido às restrições que lhe são impostas e às dificuldades para a sua organização legal.

Além desse reagrupamento, há ainda as correntes políticas que atuam em partidos não reconhecidos legalmente. Entre estes, o PCB, revisionista, com base fundamentalmente na classe média. Sua orientação é conciliadora, de direita.

Revezes e impasse no plano de reciclagem do regime

Mas a execução do plano dos generais emperrou e não conseguiu avançar. A realidade do país lhe é adversa. Com a chamada abertura, o governo de Figueiredo pretendia desfrutar de um largo período de calmaria política e de paz social, dentro do qual realizaria sua estratégia e, pouco a pouco, estruturaria o novo sistema. Estas pretensões não se confirmaram e o plano, na verdade, encontra sérias resistências, sofreu vários revezes e enfrenta um impasse.

A anistia, a suspensão da censura, a efetivação de algumas liberdades, etc. — que faziam parte dos disfarces demagógicos do plano — não se concretizaram como dádivas do poder, mas como conquistas das massas e das forças democráticas que por elas lutaram firmemente, opondo-se às restrições e entraves do oficialismo. Poderosas greves eclodiram abrangendo cerca de 4,5 milhões de trabalhadores, que colocaram a classe operária no centro dos acontecimentos em curso e elevaram o nível de consciência política das grandes massas. Também no campo cresceu e se radicalizou o movimento camponês, em especial entre os posseiros. Os suportes políticos para refrear as lutas, idealizados pelos donos do poder, não funcionaram até aqui. Os partidos social-democratas, reformistas e revisionistas destinados a desempenhar este papel não conseguiram êxitos. Eles não dispõem de suficiente influência nas massas e sua política vai de encontro às aspirações e exigências dos trabalhadores que reclamam seus direitos passando, inclusive, por cima das direções oportunistas e conciliadoras.

Tampouco a reformulação partidária deu os resultados esperados. O partido oficial, o PDS, conta com escassa maioria no Congresso, constantemente ameaçada por novas defecções. Não foi possível até agora atrair outros partidos para acordos com o governo. Se bem tivesse a reformulação dividido as forças oposicionistas em vários destacamentos, estas mantêm uma posição em geral contrária a muitos aspectos do plano de Figueiredo e exigem uma Assembléia Constituinte.

À medida que cresce a oposição e maiores são as manifestações de descontentamento e as lutas democráticas e populares, os generais se desmascaram e revelam o verdadeiro conteúdo do regime que querem impingir à nação. O governo investe contra as liberdades conquistadas. Durante a greve dos metalúrgicos paulistas e do professorado mineiro, realizou uma intervenção "branca" em São Paulo e Minas Gerais. Embora não tenha oficializado o estado de emergência, de fato, o aplicou nestes dois Estados, onde os respectivos comandos militares assumiram a direção das medidas repressivas. Intervém em sindicatos, prende dirigentes grevistas, recorre à

Lei de Segurança a fim de punir trabalhadores e estudantes. O Executivo — e também o Judiciário a seu serviço — apelam para as "salvaguardas" a fim de tentar cassar mandatos parlamentares e coibir jornalistas e órgãos de imprensa. O Planalto quer adiar as eleições municipais e prorrogar os mandatos de prefeitos e vereadores. Insiste também em impor restrições ao funcionamento do Poder Legislativo, subordinando suas iniciativas às conveniências governamentais.

Deste modo, a "abertura" política de Figueiredo e o plano de reciclagem do regime aparecem mais nitidamente como a continuação do autoritarismo e do arbítrio disfarçados. O povo e as diversas forças políticas vêem que não se trata de encaminhar efetivamente o país para um sistema democrático, mas de tentar engabelar a nação com simples e superficiais modificações na superestrutura política, conservando o regime militar. Por isso mesmo cresceu a resistência às manobras palacianas.

Fatores de deterioração das posições governistas e de instabilidade política

O monopólio do poder político, que está no centro da reformulação do regime, e a conservação da política econômico-financeira e social em vigor, fatores imprescindíveis aos atuais governantes, atuam como elemento de deterioração de suas posições, conduzem à instabilidade política. A orientação econômico-financeira agrava seriamente a vida do país e provoca um descontentamento generalizado e profundo que atinge, em primeiro lugar, as grandes massas trabalhadoras e populares e também outros setores sociais. O monopólio do poder político priva a imensa maioria da nação de tomar parte ativa na solução de questões essenciais.

Ocorre, no entanto, que as massas populares reclamam o direito de intervir na elaboração do regime político e na constituição de um poder que atenda aos seus interesses. Distintos setores das classes dominantes, mesmo aqueles que se beneficiaram largamente nos anos da ditadura, diante da crise e da grave situação criada com as distorções da economia e das finanças, que se refletem no aguçamento da crise social, exigem um novo pacto social, a viabilidade da alternância no poder e uma nova orientação econômico-financeira.

Mas os militares não estão dispostos a abrir mão do seu domínio sobre a direção dos negócios públicos, nem a alterar substancialmente a orientação econômico-financeira. Crêem que cabe a eles transformar o Brasil em grande potência, além de que encaram o poder político como uma questão de segurança nacional. Esta ideologia de segurança nacional e de apoio no capital estrangeiro foi-lhes transmitida durante anos pelos imperialistas norte-americanos que ajudaram diretamente sua ascensão ao poder em 1964 e sustentaram a ditadura militar. Representando os interesses das forças reacionárias e do imperialismo, os militares no poder defendem, ao mesmo tempo, interesses corporativos e de castas. Eles são beneficiários diretos do regime. Ocupam inúmeros cargos públicos da mais elevada remuneração. Estão à frente de quase todas as empresas estatais, dirigem a indústria e a produção de armamentos em pleno crescimento e com perspectivas de grandes negócios, participam da direção de multinacionais e de empreendimentos particulares associados ao capital estrangeiro. Usufruem, assim, grandes proventos, gozam de privilégios e desfrutam posições vantajosas na vida política.

Tampouco os generais mostram-se dispostos a modificar a orientação econômico-financeira, entreguista e profundamente prejudicial ao país. Esta orientação é parte integrante de seu plano de domínio sobre a nação. Porque o tipo de desenvolvimento econômico que levam a efeito somente será possível apoiado no capital estrangeiro e nos empréstimos bancários internacionais.

Surge, deste modo, uma contradição política que tende a se aprofundar. O monopólio do poder pelos generais, contestado aberta ou veladamente pelo povo e por importantes setores das classes dominantes, dá lugar a choques que se podem transformar em agudos conflitos políticos. Quanto mais os militares persistirem em manter o seu domínio sobre a nação e

se aferrarem ao modelo econômico em bancarrota. maiores serão o descontentamento e a possibilidade do aparecimento de crises políticas e de governo. Esta é uma das características da presente situação, que precisa ser bem avaliada pelas forças revolucionárias. É possível, também, o surgimento de ameaças e tentativas de golpes. Preocupados com o crescimento da oposição aos seus planos continuístas e com um possível enfraquecimento maior do governo Figueiredo, os militares podem apelar para esse recurso. Mas tais tentativas não modificarão o quadro real da situação de descontentamento geral, podem inclusive precipitar os acontecimentos.

Na ordem do dia a substituição do atual regime

Com o desmascaramento da "abertura" política de Figueiredo e com o agravamento da situação do país (a inflação ultrapassa o nível de 95% e as dívidas aproximam-se de 60 bilhões de dólares, enquanto o governo necessita captar no segundo semestre mais de 8 bilhões de dólares nos mercados financeiros para alcançar os 12 bilhões imprescindíveis à regularização da conta de pagamentos), volta a se colocar com ênfase na ordem do dia a substituição do regime militar. Esta questão vai se transformando no centro da atividade política do país. Quase todas as correntes da opinião pública tratam de fixar com este objetivo sua norma de conduta e apresentar suas soluções.

A resistência a esse regime já vem de longa data. O movimento democrático e popular, que em passado recente conseguiu importantes êxitos nesse terreno, retoma com mais ímpeto o combate pela liberdade e pelos direitos do povo, agora com características novas. Já não se trata apenas do movimento conduzido pelas forças de oposição das áreas políticas e parlamentares. Atualmente, são as grandes massas, com a classe operária à frente, que dão o tom na luta contra o atual estado de coisas.

Os planos para substituir o regime variam. Os distintos segmentos da burguesia defendem, em geral, a necessidade de uma Assembléia Constituinte como o meio adequado para alcançar aquele objetivo. Mas há os que admitem a realização dessa Assembléia com os generais no poder, dentro do quadro político vigente em que não há liberdade efetiva para a escolha de legítimos representantes do povo e para a defesa de programas realmente democráticos e de interesse da maioria da nação. Outros setores, porém, consideram indispensável a abolição das leis reacionárias do período da ditadura e a livre organização partidária. Pronunciam-se pela extinção do regime militar, como premissa para uma Assembléia Constituinte, sem deixar claro, no entanto, a necessidade da derrocada desse regime.

Entre os partidos das classes dominantes surge a idéia de que, para enfrentar as maquinações continuístas do Planalto seria necessário reunificar em um só os partidos da oposição, ou pelo menos estabelecer entre eles um pacto de orientação comum. Os principais partidos disputam a direção das forças oposicionistas. O Partido Popular, por exemplo, apresentando-se como o que teria maior possibilidade de chegar ao poder ou o que dele estaria mais próximo, pretende arrastar sob sua hegemonia os demais partidos contrários ao governo e atrair setores do partido oficial.

Todos esses partidos de oposição temem as forças populares, em especial a ascensão da classe operária. Mesmo elementos mais próximos do movimento popular, sob o pretexto de que a organização independente das massas assusta os generais, inclinam-se a concentrar toda a atividade política em torno daqueles partidos. O povo deveria simplesmente apoiá-los. Em que pesem tais limitações e objetivos restritos, vários desses partidos ou alguns de seus setores, na medida em que se opõem ao sistema político vigorante e combatem o monopólio do poder pelos generais, objetivamente jogam papel positivo e podem, por certo período e em certo grau, atuar em conjunto com as forças efetivamente democráticas.

Face ao desenvolvimento da situação política, também o proletariado está chamado a definir suas posições.

A tática do proletariado revolucionário

A tática do proletariado revolucionário, representado pelo seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, parte não de raciocínios abstratos, mas da realidade concreta, tendo bem presentes as questões que se acham na ordem do dia e reclamam solução imediata.

Não há dúvida de que, na atualidade, a questão principal que se coloca na ordem do dia é a liquidação do regime militar e a conquista da plena liberdade política. Este objetivo, ponto de convergência da luta democrática no país, mobiliza amplos setores da população, exigindo a formação de uma ampla frente-única.

Daí decorre a exigência de uma Assembléia Constituinte que volta a ser, com mais força ainda, uma reivindicação geral da maioria da nação e, portanto, também do proletariado e das grandes massas populares. O proletariado não pode deixar de postular essa exigência, que está no centro da vida política nacional, assim como a da conquista da liberdade política a mais completa possível.

Mas o proletariado revolucionário, tendo à frente o Partido Comunista do Brasil, realiza uma política independente. Ao mesmo tempo que marcha com outras forças, perseguindo determinados fins comuns, distingue-se de todas elas não apenas nos objetivos como igualmente nos procedimentos para alcançar esses fins.

Para o proletariado, uma Constituinte livremente eleita é incompatível com a existência do atual regime e com as leis antidemocráticas em vigor. Por isso mesmo, considera que esse regime precisa ser derrubado e não apenas melhorado. A derrocada do regime, pela ação decidida do povo, é questão fundamental, precedendo a convocação da Constituinte. Somente assim poderá haver liberdade efetiva que permita à classe operária e às massas populares eleger seus legítimos representantes, criar e desenvolver suas organizações de combate, elevar seu nível de consciência política, defender abertamente suas soluções para os problemas nacionais.

A derrubada do regime militar conduzirá à formação de um novo governo, decorrência natural dessa derrubada. O proletariado não é indiferente ao tipo de governo que vier a ser instaurado, nem quer deixar essa tarefa em mão unicamente dos partidos das classes dominantes, os quais se apressariam em capitalizar as lutas do povo e minimizar as reivindicações políticas e sociais das massas. Pleiteia assim, um governo de frente-única com caráter provisório e tarefas bem definidas. Dele devem participar diretamente os movimentos populares que têm na classe operária o seu elemento mais potente e dinâmico e no P.C. do Brasil sua vanguarda esclarecida e consequente. Ao participar de tal governo, o movimento independente de massas não se propõe à colaboração de classes mas a exigir, através de seus representantes, o cumprimento rigoroso das reivindicações comuns e se opor, por todos os meios, a quaisquer tentativas de restrições à liberdade e à luta do povo.

A liquidação do regime militar, bem como a conquista da liberdade política e de um governo democrático de frente-única, somente serão conseguidos no curso de uma crise político-institucional que afete em profundidade a reação e facilite a ampla mobilização das massas. As lutas da classe operária e do povo jogam importante papel no aceleramento dessa crise, ainda que ela por si mesma seja um fenômeno objetivo.

Uma tática de tal natureza implica, no processo de sua realização, em isolar os conciliadores que colaboram direta ou indiretamente com o governo de Figueiredo; em neutralizar as forças que, dizendo-se de oposição, pretendem unicamente introduzir algumas modificações no regime imperante; em desmascarar as Forças Armadas como reacionárias, antidemocráticas e antipopulares, instrumento golpista e agressivo contra o avanço democrático no país. Implica também em marchar com os aliados sem se confundir com eles. O alvo principal é o governo de Figueiredo.

O Partido Comunista do Brasil adota e defende essa tática. É uma tática ampla e revolucionária, que se opõe tanto à tática dos opor

tunistas, reformistas e revisionistas, como também à tática pequeno — burguesa trotsquizante, de setores que se apresentam como de ultra-esquerda. Nem gradualista, de mera modificação parcial efetuada no quadro do regime militar, nem tampouco à margem do processo político em curso, de isolamento das forças de vanguarda.

Essa tática não esgota em si mesma as perspectivas políticas do proletariado. Conquistada a liberdade política a mais completa possível, a proposta imediata do P.C. do Brasil passa a ser a instauração de um regime de democracia popular, com um programa radical antiimperilista, antilatifundiário e antimonopolista. A democracia popular, palavra-de-ordem de propaganda na atualidade, assumiria o caráter de palavra-de-ordem de agitação.

Os meios práticos para concretizar a tática

Nossa atuação, objetivando a derrubada do regime autoritário e a conquista da liberdade política, orienta-se fundamentalmente no sentido de desenvolver o movimento independente de massas, apoiada no ascense do movimento operário e popular, imprimindo-lhe um caráter de oposição aberta ao regime e ao governo. Visa intensificar e estender as lutas populares, contribuindo para elevar o seu nível de organização e combatividade, ajudar o desenvolvimento da consciência política das massas e forjar, no curso da luta, uma frente-única ampla, tendo por base a unidade popular. A classe operária é o elemento central da nossa atividade.

1.As questões políticas merecem a atenção particular dos comunistas.

A luta pela Constituinte, ligada à liquidação do regime militar, precisa adquirir maior vigor. Uma intensa campanha das massas e correntes democráticas com essa finalidade se torna premente. É um problema que diz respeito não apenas à atividade parlamentar e eleitoral, mas sobretudo à movimentação das forças populares. O regime não cairá por si mesmo, nem pela pressão do Congresso. Será derrubado com o esforço unitário e enérgico das massas.

Lugar destacado na ação política ocupa igualmente a luta contra o entreguismo do governo e a subordinação crescente do Brasil ao capital estrangeiro. As multinacionais dominam a economia nacional. As dívidas escravizam a nação. A partir de fatos concretos qee revelam a espoliação e a dependência do país deve-se realizar demomstrações de massas, palestras e conferências e até mesmo campanhas de cunho patriótico.

Em todos os problemas políticos de maior significação, os comunistas precisam atuar, debatendo com as massas, esclarecendo o seu conteúdo, organizando e mobilizando o povo. A cada dia,mais o governo tira a máscara e ataca as conquistas democráticas.Impõe-se responder às tentativas reacionárias. A defesa do mandato dos parlamentares ameaçados de cassação, por exemplo, é uma tarefa urgente e comum de todos os democratas. Tarefa urgente e de massas é também a defesa dos sindicalistas e dos estudantes enquadrados na Lei de Segurança. Não se pode permitir, embora condenando individualmente, que atos governamentais dessa natureza se efetivem sem o protesto vigoroso das massas. Além disso,com ações de massas estes atos podem ser anulados, resultando numa vitória do povo.Tais protestos ajudam a elevar a combatividade popular e contribuem para despertar novos contingentes da população para a luta contra o governo militar. Nesses embates as massas se preparam para as ações decisivas.

Os governadores dos Estados também praticam inúmeras arbi

trariedades. Alguns deles, tal como Maluf, em São Paulo, Chagas Freitas, no Rio, e Francelino Pereira, em Minas Gerais, já se acham bastante desgastados e mesmo desmoralizados. Sua administração calamitosa e repressiva é condenada amplamente. Contra eles é preciso mobilizar o povo.

Mas não se trata unicamente de reagir às medidas reacionárias de Figueiredo e seus prepostos. O movimento popular deve conquistar na luta novas posições. Ainda que a efetiva liberdade política somente possa ser obtida com o fim do atual regime, pode-se alcançar conquistas parciais, como ocorreu com a reorganização da UNE.

O trabalho político junto às massas é tarefa permanente dos comunistas.

2. Além das exigências políticas, é de fundamental importância levantar as reivindicações econômicas e sociais das massas. Reivindicações como a melhoria salarial, a estabilidade no emprego, a liberdade e autonomia sindicais, a defesa da terra para quem nela trabalha, o direito ao ensino gratuito e por mais verbas para a educação, medidas contra a carestia de vida, além de outras, têm um sentido altamente mobilizador, transformam-se, em geral, em lutas de grande envergadura que, com a intervenção repressiva do governo, tomam um caráter nitidamente político.

3. A atividade eleitoral e parlamentar tem também certa valia. Não deve ser subestimada. O parlamento, em todos os níveis, ajuda a fazer denúncias de repercussão, a desmascar a política do governo e suas manobras de bastidores, cria situações políticas, no âmbito parlamentar, desfavoráveis aos governantes, situações que podem, em certas circunstâncias, ser ponto de partida para uma crise política e institucional.

4. Grande importância na situação atual tem a unificação dos movimentos populares de oposição que se desenvolvem em todo o país. É uma tarefa fundamental. Todos esses movimentos tendem para a unificação. Os Encontros Nacionais e Regionais, os Congressos e reuniões interestaduais, que se repetem com muita frequência, são disso uma prova. Esta tendência se reflete igualmente nos movimentos de solidariedade e apoio mútuo às lutas dos trabalhadores e do povo. Durante a greve do ABC essa solidariedade estendeu-se por toda parte, reunindo consideráveis recursos materiais para os grevistas, apesar das proibições oficiais. Até mesmo os camponeses de longínquas paragens enviaram sua ajuda aos combatentes do ABC. A unificação de tais movimentos, com um programa de ação comum, representaria um salto na situação do país. Permitiria à classe operária e as massas populares desenvolver de maneira independente uma atividade de projeção nacional, orientada no sentido de seu avanço na esfera social e política. Por isso, torna-se imprescindível procurar, juntamente com as massas e acompanhando suas próprias inclinações, a forma dessa unificação a fim de impulsioná-la e concretizá-la, sem cair no artificialismo. Simultaneamente, impõe-se lutar para unir mais estreitamente os diferentes setores das massas. É preciso unir a classe operária, unir as massas camponesas, unir os estudantes, unir o povo em cada local ou região. Essa unidade se faz com a criação ou fortalecimento de organismos de classe ou de base, fora dos partidos políticos, objetivando a de

fesa dos interesses econômicos e políticos dos trabalhadores.

5. Tarefa fundamental é também a construção de uma frente-única ampla e combativa. A liquidação do regime militar não é tarefa simples nem fácil. Demanda a unificação de largos setores sociais e políticos. Em período anterior, no combate à ditadura militar-fascista, formou-se uma frente de luta que tinha no MDB seu ponto de convergência. Nele uniam-se distintos setores políticos que se opunham ao governo ditatorial. Essa frente dissolveu-se com a reformulação partidária. Hoje, outra deve ser a sua contextura. Já não é admissível a unidade feita apenas em torno de partidos políticos das classes dominantes, se bem que muitos deles continuem representando papel positivo. A classe operária e as massas populares avançaram na sua organização, ocupam lugar destacado na luta democrática. Não pretendem ser simples objeto de ação eleitoral dos partidos oposicionistas. Na atualidade, o que se impõe é a criação de uma frente democrática e de unidade popular, uma frente que agrupe não somente as correntes políticas oposicionistas mas também, de maneira independente e com organização própria, os movimentos operários e populares unificados. Isto corresponde ao quadro político em desenvolvimentos. Uma orientação semelhante à anterior condenaria, na situação presente, o proletariado e as massas a seguir a reboque dos partidos oposicionistas. Por sua vez, se o proletariado e as massas populares recusam a atuação em comum com outras forças políticas, isolam-se e se privam de conseguir aliados, mesmo vacilantes e inconsequentes, princípio leninista de uma tática correta. O proletariado revolucionário deve lutar para que as organizações populares, com ele à frente, constituam a base da frente-única e para obter, no processo da luta comum, sua preponderância dentro dessa frente.

Em linhas gerais, a frente deve ser constituída pelos movimentos de oposição popular unificados, pelos partidos políticos de oposição ou setores desses partidos, pelas entidades e instituições que tomam posição democrática (OAB, ABI, CBA, Igreja, etc.) e por correntes patrióticas e nacionalistas. Na luta contra o regime autoritário não se deve excluir a possibilidade de atrair para a frente-única setores mais amplos, aproveitando todas as brechas que se abram no oficialismo.

A par da luta pela sua formação, cabe desenvolver movimentos de frente-única mais limitados: em defesa de determinadas posições democráticas no Congresso, pela eleição de candidatos populares, contra a cassação de mandatos parlamentares, contra a intervenção nos sindicatos, em prol dos interesses específicos das massas, etc.

As bandeiras da luta política, aquelas que podem favorecer a unidade de amplas forças políticas e sociais, e constituem o objetivo imediato a alcançar, destacam-se da própria realidade do país. São elas:

1. liquidação do regime militar;

2. ampla liberdade política, sem leis de segurança, anti-greve, de imprensa, etc.;

3. Constituinte livremente eleita, convocada por um Governo democrático de frente-única;

4. revogação imediata da atual política social e econômico-financeira.

Estas quatro palavras-de-ordem resumem as aspirações mais gerais do momento presente e sua concretização criaria condições para uma mudança real no quadro político e institucional.

Além de defenderem essas bandeiras políticas, o proletariado e as massas populares precisam ir definindo um programa mais detalhado, que deve ser estruturado democraticamente. Nele poderiam ser incluídos pontos como os seguintes:

NA PARTE POLÍTICA

- Ampla liberdade política, sem leis de segurança, antigreve, de imprensa e sem julgamento de civis pela Justiça Militar;
- Constituinte livremente eleita, convocada por um governo democrático e de unidade popular;
- Direito de livre organização partidária;
- Eleições diretas em todos os níveis pelo sufrágio universal, direto, secreto e proporcional;
- Anistia ampla e irrestrita a todos os perseguidos políticos;
- Desenvolvimento econômico independente, pondo-se fim à espoliação do capital estrangeiro;
- Congelamento das dívidas externas e do serviço das dívidas;
- Defesa da Amazônia, do petróleo, das riquezas nacionais;
- Reforma agrária radical e geral.

NA PARTE REIVINDICATIVA

- Liberdade e autonomia sindicais;
- Direito de greve, sem restrições;
- Estabilidade no emprego;
- Reconhecimento dos Comitês de Fábrica;
- Crédito e assistência aos pequenos e médios produtores rurais;
- Rigorosas medidas contra a carestia de vida e contra a especulação imobiliária;
- Distribuição de alimentos nos bairros populares a preços reduzidos por órgãos oficiais;
- Melhoramento das condições de existência dos bairros periféricos e construção de casas populares a serem pagas com os aluguéis;
- Suplementação de verbas para o ensino gratuito e democratização da universidade; etc..

É ainda tarefa fundamental para o proletariado e as massas populares difundir, em grande escala, a palavra-de-ordem de...... **GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR.**

Que significa nas condições atuais essa palavra-de-ordem? Que tipo de governo seria esse?

Na luta contra o regime militar, implicitamente, está colocada a questão do poder, de um novo governo. Três tipos de governo poderiam surgir no desfecho dessa luta: um governo constituído unicamente por setores oposicionistas das classes dominantes; um governo exclusivamente do proletariado e das massas populares; e um governo de frente-única daqueles setores e das forças populares. O primeiro tipo não convém ao proletariado e às massas popu

lares, que são os elementos decisivos na luta contra o regime. Seria entregar aos conservadores e aos partidos da burguesia o comando político do país, que o encaminharia, como a experiência tem mostrado, para a exclusiva defesa de seus interesses e para a contenção do movimento de massas. O segundo tipo não corresponde exatamente ao caráter da atual batalha política, está relacionado com os fins mais avançados de um regime de democracia popular da primeira etapa da revolução. Seria já um governo do objetivo estratégico e não do tático. Um governo de democracia popular como proposta tática isolaria o proletariado num momento em que ele pode ampliar (e muito) sua base política, concentrando seu alvo no odiado governo de Figueiredo. O terceiro tipo é o que melhor se ajusta à realidade presente. Porque o que se apresenta de imediato para o povo brasileiro é a liquidação do regime militar, meta na qual estão interessadas muitas forças políticas e sociais. É um governo de frente-única, provisório, com tarefas definidas. Não se trata, porém, da inclusão num governo da burguesia de alguns pelegos e elementos conciliadores e oportunistas como representantes das massas —eles trairíam o povo— mas da participação no governo de frente-única de autênticos delegados do movimento independente de massas, organicamente estruturado, com fisionomia própria, capaz de exercer rigoroso controle de massas sobre os seus representantes no governo. A maior ou menor consequência desse governo vai depender da correlação de forças quando da sua constituição, isto é, se a classe operária e as massas populares, pelos elementos que agrupar e mobilizar na ação comum, de modo independente, e sob uma direção consequente e esclarecida estiverem em condições de exigir o papel principal no governo ou se o desfecho da luta se der sob a supremacia dos setores das classes dominantes. De qualquer modo, o proletariado e as massas populares a partir do alto (de sua participação no governo) e de baixo (do movimento de massas) pressionariam para obrigá-lo a cumprir seus fins. O proletariado revolucionário, se se omite de participar com outras forças no combate pela substituição do regime militar, ficará à margem do processo político, como ocorreu em 1930.

A popularização da palavra-de-ordem de GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR significa dar às massas uma perspectiva correta de luta pelo poder político. Ajuda às massas a orientar a sua luta não apenas pelas suas reivindicações específicas e gerais, mas também pelo poder, favorece a sua compreensão de conjugar num todo único estas duas questões. Significa também traduzir o objetivo tático imediato do proletariado —a derrubada do regime militar e a conquista da liberdade política— em lutas de frente-única não só por um programa comum, mas igualmente pelo poder.

7. Destaque particular na tática do proletariado têm as formas de luta a serem empregadas. Os comunistas defendem a opinião de princípio de que nas questões decisivas da luta política nada se consegue sem opor a violência revolucionária à violência contra-revolucionária. Negam o chamado caminho pacífico, oportunista, gradualista e sem perspectiva. Os comunistas não alimentam esta crença por alguma absurda vontade de ver correr sangue, mas porque a história tem provado que a reação jamais abandona voluntariamente suas posições de mando.

É indispensável na atual fase, utilizar as mais variadas formas de luta, sempre em relação com o nível de consciência das massas e que possibilitem maior mobilização operária e popular. Mas a nossa tarefa, num período ascensional da luta de massas, é contribuir para elevar o nível de suas ações, para indicar aos trabalhadores e ao povo, a partir da experiência viva, a maneira de como avançar nesse terreno. Nem ir adiante, separando-se do grosso

das massas, nem permanecer no mesmo lugar quando as condições são propícias a dar novos passos adiante. O Partido, como vanguarda, intervém no movimento espontâneo de massas indicando as formas de luta que vão amadurecendo e para as quais já existem condições objetivas. São inúmeras as greves surgidas, em geral de uma só categoria. Mas a vida mostra que se pode avançar para greves conjuntas de diferentes categorias, o que já ocorreu na década de 50 em vários pontos do país. É também hora de fazer propaganda da greve geral. O proletariado tem na greve geral um instrumento eficiente para lutar contra a burguesia e o seu governo. Muitas vezes, a greve de uma só categoria, por mais numerosa que seja, não é suficiente para tornar vitoriosas as exigências proletárias. A greve política também é necessária e de enorme valor, sobretudo quando o governo investe contra as massas que reclamam seus direitos. Os desfiles e demonstrações públicas têm sido utilizados, mas ainda em pequena escala. São também grande arma de combate do povo. No campo, a ocupação de terras, a defesa armada da terra contra grileiros e latifundiários, as manifestações camponesas nas pequenas cidades são formas provadas e oportunas de luta.

8. Nossa tática tem em conta também as relações com os partidos políticos existentes. A reformulação partidária criou partidos que nem sempre correspondem à realidade e tendências das diversas correntes de opinião. E privou da legalidade o Partido Comunista do Brasil. Defendemos firmemente o direito de livre organização partidária e lutamos pela legalidade do nosso Partido.

Embora criados artificialmente, os partidos existem e com eles se necessita conviver. Com exceção do partido governamental, o PDS, os comunistas devem manter relações democráticas com as demais organizações. Naturalmente, existem gradações. Todos os partidos não têm a mesma composição social. Aproximamo-nos mais daqueles que refletem de certo modo os interesses do povo. No PMDB, por exemplo, há a Tendência Popular. Aí criam-se possibilidades, enquanto não se reconhece a legalização do P.C. do Brasil e de outras organizações de "esquerda", de indicar e apoiar candidatos independentes aos pleitos eleitorais. Mas nossa atitude em relação a todos os partidos deve ser de completa independência, de crítica às suas posições políticas reacionárias ou aos seus programas e também de unidade tática sempre que possível em torno de questões concretas do interesse do povo brasileiro.

Os comunistas não devem ajudar a fortalecer e consolidar partidos como o PDT e o PT, mesmo porque, membros do Partido Comunista do Brasil não podem, por conta própria, filiar-se a outras organizações partidárias. Estes partidos têm caráter social-democrata, ambos tentam afiançar no Brasil uma corrente adversária ao socialismo proletário. A social-democracia é o último reduto do capitalismo que, usando uma linguagem classista e pretensamente socialista, procura desviar os trabalhadores do verdadeiro leito da luta de classes e dos objetivos finais da classe operária. Os partidos social-democratas procuram aparecer como partidos de trabalhadores, mas na realidade são partidos burgueses, em essência. A respeito destes partidos devemos ter uma posição de crítica de princípios, tanto aos seus programas como à sua conduta política e ao mesmo tempo manter contato com as massas que o apóiam, atuar em conjunto com elas no movimento de massas, forjando a frente-única pela base. Também é possível em determinados casos chegar a acordos para ações comuns, sempre que contribuam para unir os trabalhadores e facilitar sua compreensão da luta social.

As tendências de direita e de "esquerda" nas fileiras do Partido

Para aplicar com êxito a tática do Partido, ampla e revolucionária, os comunistas precisam lutar, internamente, contra as tendências de direita e de "esquerda" que entravam e dificultam o cumprimento das tarefas traçadas.

As tendências de direita se manifestam, em geral, pelo defensismo, pela falta de audácia em conduzir as massas para posições mais avançadas. Para os direitistas nunca está madura a situação em termos de lutas mais consequentes. E quando as massas decidem lançar-se à ação de maior envergadura, tratam de frear sua combatividade ou de terminar, o mais rápido possível, tais ações. Fixam-se objetivos muito aquém das possibilidades. Seguem a reboque do movimento espontâneo. Sob a alegação de fazer a unidade do movimento de massas, submetem-se às propostas e tendências mais recuadas dos setores vacilantes. Escondem o Partido em detrimento de outras organizações reformistas e mesmo reacionárias "para não quebrar a unidade". Ao invés de desempenhar um papel de vanguarda, ficam em retaguarda. Os comunistas, sem dúvida, não devem separar-se das massas nem impor iniciativas que ultrapassem seu nível de consciência. Condenam as ações aventureiras de pequeno grupo de pessoas que não representam os sentimentos populares. Estão sempre atentos à hora de começar uma determinada luta e também à hora de terminá-la com vantagem para as massas, quando a situação assim o exige. Mas os comunistas <u>puxam</u>, não <u>seguram</u> as lutas. Ajudam as massas a fazer sua própria experiência, a avançar sempre.

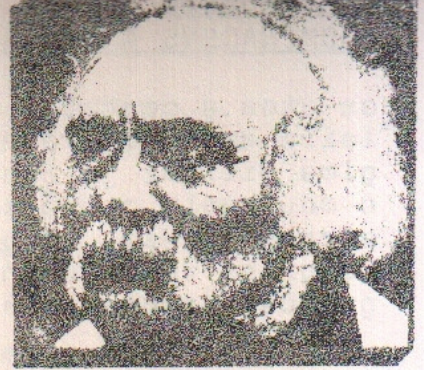
Quanto às tendências de "esquerda", elas se expressam, na atualidade, pelas atitudes isolacionistas, de auto-satisfação com o trabalho "fechado" nas hostes partidárias. Os "esquerdistas" recusam fazer política prática, buscar aliados, realizar ações de frente-única mais ampla. Não estão voltados para a massa, para os seus problemas e dificuldades, para a sua maneira de entender as coisas mas unicamente para o Partido. Propõem-se tarefas muitas vezes fora da realidade. Mesmo quando tais tarefas têm conteúdo justo, não levam em conta as diferentes fases da sua preparação. Com semelhante conduta não conseguem integrar-se com as massas, ter aliados, e não podem assim dirigir um amplo movimento de massas. Evidentemente, os comunistas, como vanguarda, somente poderão atrair, educar e dirigir as massas se estiverem estreitamente ligados a elas, se compreenderem que o seu raciocínio nem sempre coincide com o nosso, que elas se acham submetidas às mais diversas influências (políticas, ideológicas, religiosas, etc.). Fazer política, política de classe, é justamente ajudar com paciência as massas, através da luta e da sua própria experiência, a achar o justo caminho apontado pelo Partido. Se nos propomos unir a classe operária, unir os camponeses e outros setores populares é necessário encontrar uma linguagem comum, a plataforma de unidade e de ação, o que somente se consegue com uma correta política de frente-única pela base, ouvindo as massas e possíveis aliados.

É combatendo as tendências errôneas de direita e de "esquerda" que o Partido levará à prática, com êxito, sua tática ampla e revolucionária de luta contra o regime militar, pela conquista da liberdade política e de uma nova perspectiva para o povo. É assim também que se avançará para alcançar o socialismo proletário.

São Paulo, junho de 1980

O Comitê Central do

Partido Comunista do Brasil

Homenagens em memória do camarada Arruda Câmara

O Comitê Central, em sua última sessão plenária aprovou moção em homenagem à memória do inesquecível camarada Arruda. Naquela oportunidade foi lida a seguinte mensagem:

"Arruda desde muito jovem ingressou nas fileiras do nosso Partido. Cedo, assumiu importante papel na reconstrução do Partido no início dos anos 40, quando passou a pertencer ao Comitê Central e exercer importante atividade partidária em vários Estados do Brasil. Desde logo aparece como destacado organizador do Partido. Foi sempre um homem de Partido e defensor intransigente dos princípios revolucionários do Partido leninista. Quarenta e cinco anos de sua vida esteve inteiramente dedicado ao serviço da revolução proletária e pelo triunfo dos ideais do socialismo e do comunismo.

Arruda foi preso várias vezes ao longo de sua militância partidária. Em todas elas manteve um comportamento exemplar, digno de um dirigente revolucionário proletário. Preso nas condições de uma ditadura militar fascista, enfrentou os inimigos com destemor e bravura, colocando-se perante todo o Partido como exemplo avançado de comportamento comunista na prisão.

Arruda não era um dirigente de gabinete. Ele foi sempre um homem de têmpera rara, um lutador incansável, um homem de qualidades invulgares, um homem de ação política. Defendeu firmemente os princípios do marxismo-leninismo contra os revisionistas atuais. Fora do país, travou importante luta contra os revisionistas chineses. Cumprindo decisão do nosso Partido, prestou proeminente trabalho de ajuda ao Partido irmão de Portugal, o Partido Comunista Português (Reconstruído). Aí, exerceu papel decisivo na reconstrução do verdadeiro Partido Comunista português. Os camaradas portugueses dizem que Arruda tem sido para eles um símbolo da amizade e militância fraternas que unem intimamente nossos dois Partidos.

Entre os Partidos-irmãos, marxistas-leninistas, Arruda gozava de grande respeito por suas opiniões experientes e pelo carinho que devotava a todos os camaradas dos diversos países.

O camarada Arruda distingue-se entre os mais destacados dirigentes de nosso Partido.

O camarada Arruda faleceu em 25 de novembro do ano passado em meio a plena atividade político-partidária. Ele retornava ao país com a firme convicção que, o nosso Partido com larga experiência política e revolucionária adquiridas nesses 58 anos, poderia aproveitar-se da situação favorável que vinha se abrindo e ocupar nesta nova fase da luta revolucionária no Brasil, seu verdadeiro lugar de destacamento avançado da classe operária brasileira. Voltava confiante em vencer o revisionismo, nas condições do Brasil, em todos os terrenos. No pouco tempo de sua chegada, percorreu vários Estados, participou de múltiplos encontros e assembléias, concedeu entrevistas, manteve inúmeros contatos. Com um otimismo radiante, espírito abnegado e entusiasta, o camarada Arruda ia contagiando a todos onde passava e imprimindo grande impulso ao trabalho político e partidário. Desde que aqui chegou, o camarada Arruda procurou lutar para que o Partido fosse mais atuante e aparecesse com sua fisionomia própria em níveis mais amplos. Ele insistia que as condições para o crescimento e fortalecimento do nosso Partido eram bastante vantajosas. Afirmava constantemente a necessidade do Partido multiplicar muitas vezes o seu contingente, enraizar-se na classe operária e nas massas populares e promover audazmente os camaradas de origem operária. Declarava em todos

continuação de:
"HOMENAGENS À MEMÓRIA DO CAMARADA ARRUDA"

os atos e contatos que as contradições objetivas da sociedade brasileira após quinze anos de ditadura se agudizaram profundamente, o regime militar já não podia governar como antes, ao mesmo tempo em que o movimento operário e popular se expandia de várias formas e em diversos níveis, surgindo assim fatores que indicavam a gestação de uma crise revolucionária. Dizia sempre: "Devemos nos preparar para as grandes tempestades que virão".

Por estar imbuído dessas convicções o camarada Arruda se dedicou de corpo e espírito na ampliação da influência do Partido e no seu fortalecimento nas novas condições do nosso país. Ainda no exterior, alguns meses antes de voltar, já pensava e reagia como se estivesse no Brasil. Desde que pisou a nossa terra entrou numa atividade febril, dando toda sua força e energia em prol do Partido.

Seu corpo já combalido pelos anos de prisão e torturas não resistiu a tão grande empuxo. Ele nos deixou há pouco mais de quatro meses. Entretanto, as suas idéias e o seu entusiasmo se estendem bem vivos.

Honra ao camarada Arruda! "

Em homenagem à memória do camarada Arruda, continuamos a receber inúmeras mensagens dos partidos irmãos. Transcrevemos agora alguns trechos da calorosa mensagem enviada pelo Comitê Central da **Organização Comunista de Angola.**

Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil
São Paulo

Queridos camaradas:

Foi com enorme emoção que soubemos do desaparecimento físico do nosso querido camarada, membro do Comitê Central do Vosso grandioso Partido, DIÓGENES ARRUDA. A nossa Organização manifesta nessa hora o seu profundo pesar por tão doloroso acontecimento e envia-vos, queridos camaradas, as nossas mais profundas condolências. (...)

Os comunistas angolanos jamais olvidarão todo o apoio revolucionário que nos foi prestado diretamente por ele. Os seus profundos sentimentos em relação à luta do nosso povo, o carinho e a disposição com que sempre nos acolheu, a lucidez, inteligência e vivacidade proletárias que transbordavam dele, são qualidades exemplares dum autêntico comunista, cuja memória honraremos com dignidade, lutando pelos quais o camarada ARRUDA deu gloriosamente a sua vida.

O Comitê Central (Provisório) da Organização Comunista de Angola está profundamente confiante que o combativo e imbatível Partido Comunista do Brasil tendo à frente o seu grande militante, o camarada João Amazonas, tal como em outras difíceis situações, saberá transformar esta grande perda e dor em galvanizante força para o triunfo da Revolução no Brasil e no Mundo.

HONRA AO CAMARADA ARRUDA, DIGNO MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL!

GLÓRIA IMORTAL À SUA OBRA!

Pelo Comitê Central Provisório da
ORGANIZAÇÃO COMUNISTA DE ANGOLA

Manifesto do C.R. São Paulo em Apoio À Greve do ABC

No período da combativa jornada grevista dos valorosos metalúrgicos do ABC, o Comitê Regional do Estado de São Paulo divulgou amplamente um manifesto de apoio a este importante evento de luta operária em nosso país.

Ei-lo na íntegra:

1º de maio no abc

☆ ☆ ☆ APOIO DO PC DO BRASIL À GREVE DO ABC ☆ ☆ ☆

"O Partido Comunista do Brasil, organização de vanguarda do proletariado, manifesta sua firme e decidida solidariedade aos valorosos grevistas metalúrgicos de São Paulo, que lutam corajosamente em defesa de seus interesses vitais e suportam os ataques raivosos dos generais fascistas e reacionários.

Ao investir contra o movimento paredista, absolutamente legal e justo, os militares que governam o país, de dentro e de fora do Planalto, aparecem uma vez mais diante da classe operária e do povo como patrão-mor, protetor e defensor descarado dos grandes capitalistas estrangeiros, das multinacionais, e como inimigo jurado da democracia. Eles não somente prendem dirigentes sindicais, agridem as massas, proíbem reuniões nos sindicatos e em praça pública, mas impedem também qualquer solução negociada da greve, inclusive o simples entendimento entre representantes dos operários e dos patrões. Querem forçar os trabalhadores a ceder usando ameaças e chantagens, privando-os de receber a solidariedade proletária e popular.

Ao mesmo tempo, sob o pretexto de prevenir desdobramentos sociais da greve, os generais arremetem contra as conquistas obtidas pelo povo na luta contra a ditadura. Eles se opõem a qualquer avanço democrático, porque esse avanço afeta o monopólio que exercem do poder político e através do qual submetem a nação a um regime vergonhoso de fome, de opressão e de entreguismo.

Não são os trabalhadores os responsáveis pela crise que atravessa o país, nem pela inflação acelerada, nem tampouco pela corrupção reinante nos círculos oficiais. Durante muito tempo, os operários foram impedidos de reivindicar melhores condições de vida porque — diziam os militares — isto era necessário para acabar com a inflação. A inflação não acabou, mas os exploradores ficaram mais ricos. O responsável, em boa parte, pela gravidade da situação atual é a política social, econômica e financeira posta em prática pelos generais nestes dezesseis anos de arbítrio. Política que favorece o domínio do país pelo capital estrangeiro associado a grupos monopolistas nacionais, política que leva a uma forte concentração da renda em proveito dos poderosos, política de endividamento brutal da nação, de esmagamento do pequeno e médio produtor, de empobrecimento de vastos setores populares. Enquanto perdurar essa política e esse governo militar, será sempre mais grave a situação do Brasil.

Os metalúrgicos de São Paulo, ao resistir bravamente às violências e pressões dos generais e seus paus-mandados, exigindo o atendimento de suas reivindicações, reclamando com inteira razão a libertação de seus companheiros presos e a devolução de seu sindicato, demonstram elevada consciência de seus direitos e se colocam nas primeiras linhas em defesa da liberdade para todo o povo. Sua luta é, hoje, a luta de todos os trabalhadores das cidades e do campo e também de todos os democratas e patriotas para livrar o Brasil do regime militar que tantos males vem causando à nação.

Que os trabalhadores e os mais amplos setores políticos, sociais, culturais, religiosos e outros se mobilizem em auxílio dos grevistas do ABC a fim de reforçar suas posições e com eles combater juntos a repressão e as ameaças de novos ataques às conquistas democráticas e populares!

Os generais têm a força das armas do seu lado, mas não têm os braços que movimentam a produção. As máquinas não andam sem os operários. Se eles se dispuserem a parar, no ABC, em São Paulo e em outros Estados, a força dos generais vira fraqueza. O povo é mais forte quando se une e se decide a lutar.

O Partido Comunista do Brasil, juntamente com os grevistas de São Paulo, exige a liberdade imediata de todos os presos, o respeito ao direito de greve, a elevação dos salários, a imediata devolução do sindicato aos metalúrgicos, a estabilidade dos grevistas no emprego e que cesse completamente a violência dos generais contra a greve e o povo.

Apoiemos por todos os meios a greve do ABC! Lutemos pelos direitos dos trabalhadores, pela conquista da liberdade política!

FORA OS REACIONÁRIOS E FASCISTAS, INIMIGOS DA DEMOCRACIA E DO POVO!

VIVA O GOVERNO DEMOCRÁTICO E DE UNIDADE POPULAR!

São Paulo, 21 de abril de 1980 »

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
(COMITÊ REGIONAL DE SÃO PAULO)

MENSAGEM AO CONGRESSO DO P.C. DO EQUADOR (M.L.)

Queridos camaradas

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil saúda fraternal e calorosamente o Congresso do Partido Comunista do Equador, marxista-leninista. Estamos certos de que ele assinalará mais um marco brilhante na história do vosso Partido que luta abnegadamente pelos interesses fundamentais da classe operária e das massas populares, descortinando-lhes o caminho da libertação nacional e da conquista do socialismo.

O Partido Comunista do Equador (m-l), forjado no combate ao revisionismo contemporâneo, tem sido um lutador infatigável contra a reação e o imperialismo, um defensor da revolução e da grande doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin, um membro resoluto do movimento marxista-leninista mundial. Juntamente com os demais partidos proletários da América Latina vem se empenhando na tarefa de fortalecer os laços de amizade e solidariedade combativa que unem nossos Partidos, a fim de criar melhores condições à luta contra os inimigos comuns de nossos povos.

O Congresso do vosso Partido realiza-se numa situação em que a classe operária e as massas populares em todo o mundo mobilizam-se em defesa de seus interesses vitais ameaçados de perto pela política expansionista, guerreira e neocolonialista das duas superpotências e quando a burguesia e os latifundiários tentam lançar sobre os ombros dos trabalhadores as consequências da grave crise em que se debate o capitalismo.Na América Latina, os explorados e oprimidos levantam-se em vigorosos movimentos reivindicativos e em lutas revolucionárias como na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, inclusive nos países onde predominam governos militares fascistas — Chile, Argentina e Paraguai.

Nesta situação favorável à luta revolucionária na América Latina, os renegados da revolução e da causa do proletariado intervém perfidamente. Os revisionistas orientados por Moscou e Cuba, fingindo-se de partidários da luta dos povos procuram, na realidade, evitar que se aprofunde o processo revolucionário ou visam simplesmente substituir o dominador norte-americano pelos social-imperialistas soviéticos. Os revisionistas chineses tratam de conter as massas ou arrastá-las para a aliança com os Estados Unidos. Os social-democratas europeus, em particular os alemães, e outras correntes reformistas e trotsquistas tudo fazem para desviar as massas de seu justo caminho.

Tudo isto ressalta ainda mais o papel dos autênticos partidos operários, marxistas-leninistas. Somente estes partidos, que aplicam o marxismo-leninismo às condições concretas de cada país, poderão apontar o verdadeiro caminho da libertação, indicar com acerto os inimigos a combater e os amigos a quem se aliar, resolver os intrincados problemas táticos que exigem amplitude, flexibilidade e ao mesmo tempo firmeza nos objetivos finais.

Estamos seguros de que esse Congresso saberá encontrar as soluções corretas para os problemas da luta democrática e revolucionária do povo. Dele, o Partido Comunista do Equador (m-l) sairá ainda mais forte e temperado para cumpri o papel de vanguarda e levar à vitória os trabalhadores, os democratas e patriotas equatorianos.

Nossos dois Partidos desde há muito vêm forjando uma sólida unidade, baseada nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, numa prática consequente de ação contra todas as correntes antimarxistas que surgiram e surgem no movimento operário internacional. Entendemos ser necessário mais do que nunca a coesão dos verdadeiros marxistas-leninistas, tendo à frente o glorioso Partido do camarada Enver Hodja. Essa unidade de pensamento e de ação é imprescindível para lutar

continuação de "MENSAGEM AO CONGRESSO DO P.C.do EQUADOR (M-L)"

com êxito contra os inimigos dos povos, contra todos os traidores da causa revolucionária e os que, objetivamente, com eles conciliam.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil faz os melhores votos de sucesso do vosso Congresso, sucesso que será também do proletariado, das forças progressistas equatorianas e latino-americanas. Auguramos-lhes, queridos camaradas, novas vitórias políticas e o fortalecimento do valente e decidido Partido Comunista do Equador, marxista-leninista.

Saudações proletárias

JOÃO AMAZONAS

Pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

em 28.3.1980

JOVER TELES EXPULSO DAS FILEIRAS PARTIDÁRIAS

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil decidiu destituir dos seus quadros, e expulsar do Partido, Manuel Jover Teles que havia nele reingressado em 1968, vindo das hostes revisionistas de Prestes. Jover Teles, depois dos acontecimentos da Lapa, em 1976, desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado. Em documento recente de sua autoria renegou o Partido, atacando-o numa linguagem de serviçal da reação. Além disso, o nome de Jover Teles, no inquérito instaurado pelo Comitê Central sobre a queda da Lapa, aparece seriamente comprometido com fatos que, no mínimo, o inculpam de grave violação das normas de segurança e da correta atitude que se exige, em defesa da organização, de um quadro responsável do Partido. O inquérito prossegue até o esclarecimento final daqueles trágicos acontecimentos.

No Partido da classe operária não há lugar para renegados e traidores, para detratores da organização marxista-leninista do proletariado brasileiro. Ao livrar-se da escória da luta de classes, o Partido se fortalece e se engrandece para cumprir sua missão histórica de coveiro do capitalismo e de construtor de uma nova sociedade.

* * *